

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

As dificuldades para a chapa

Quem concorre à reeleição nas principais capitais do país está com problemas para montar a chapa. É que, com a perspectiva de os prefeitos que forem reeleitos saírem na metade do mandato para concorrer a algum outro cargo em 2026, a fila de pretendentes cresce.

Agora eles querem

Em Recife, por exemplo, uma ala do PT exige a vice porque sabe que João Campos deve sair dois anos depois para concorrer ao governo estadual. Outro segmento pretende lançar o ex-prefeito João Paulo para tentar vencer o bisneto de Miguel Arraes e enfraquecer o PSB para 2026. É o jogo de 2026 começando na pré-campanha de 2024.

Chances remotas

Embora o presidente em exercício da Câmara dos Deputados, Marcos Pereira (Republicanos-SP), esteja disposto a votar, na semana que vem, o projeto de lei de taxação das offshores e fundos exclusivos, a aposta de muitos parlamentares é de que o desfecho dessa novela deve ficar apenas para a volta de Arthur Lira (PP-AL).

Pai e filho

O ex-presidente Jair Bolsonaro irá a Santa Catarina. Deve passar por Chapecó para visitar o prefeito João Rodrigues (PSD). Em julho, Jair Renan, o 04, esteve com o prefeito, acompanhado do empresário Emílio Dalçoquio Neto, do ramo de transportes.

As frentes de batalha de Lula

Ao mesmo tempo em que o governo trabalha a formação de uma base ampla no Congresso, os petistas tentam minar essa base por dentro, algo que se não for resolvido, vai dar problema. No Planalto, o governo busca um caminho direto para as prefeituras, via Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), numa tentativa de dispensar o patrocínio dos deputados para obras por meio de emendas parlamentares. Na comunicação, há um desejo de turbinar as rádios comunitárias, para prescindir das comerciais.

Em tempo: essas ações assustaram o Centrão, o agro e a bancada evangélica. Somada à resistência do governo em fixar um cronograma para a liberação das emendas, o Palácio do Planalto pode se preparar para um período de turbulência à frente.



MAURE

CURTIDAS

Sempre teremos Paris/ Os presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, e o do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG, foto), confirmaram presença no Fórum Esfera Paris 2023. Longe das atribuições e das pressões, será uma boa oportunidade para os dois chefes de Poder conversarem sobre suas diferenças e afinarem a viola.

Ed Alves/CB/DA.Press



Apex chama investidores/ A transição para uma economia verde e as oportunidades de negócios no Brasil, como as obras do Novo PAC, serão foco do maior fórum de atração de investimentos da América Latina, o Brasil Investment, promovido anualmente pela Apex Brasil, em parceria com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). O evento atrai investidores do mundo todo e será realizado pela primeira vez em Brasília, no Palácio do Itamaraty, em 7 e 8 de novembro.

“O Brasil voltou”/ Num esforço do governo para mostrar que o panorama para investimentos no país é, hoje, muito melhor do que nos anos passados, o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva discursará na abertura do fórum. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, será o primeiro expositor a falar sobre as potencialidades da economia brasileira. Cerca de 500 pessoas devem participar do evento.

Nossa Senhora Aparecida/ Que a padroeira do Brasil nos proteja, hoje e sempre, especialmente nesses tempos sombrios. As crianças, parabéns pelo seu dia.

» Entrevista | PASTOR EURICO | RELATOR DO SUBSTITUTIVO QUE PROÍBE CASAMENTO HOMOAFETIVO

“Tenho amigos homossexuais”

Segundo o deputado, texto que elaborou para o projeto de lei toma por base o artigo 226 da Constituição e trecho do Código Civil

» ALINE BRITO

Relator do substitutivo do Projeto de Lei (PL) 580/07, que proíbe o casamento entre pessoas do mesmo sexo, o deputado Pastor Eurico (PL-PE) não enxerga qualquer inconstitucionalidade no texto que foi aprovado, por 17 x 5, terça-feira, na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF) da Câmara. Ele afirma que baseou o relatório no artigo 226 da Constituição — que define união estável “entre o homem e a mulher” — e no Código Civil — que coloca o casamento como “comunhão plena de vida” entre gêneros diferentes. De acordo com o parlamentar, essa interpretação da lei assegura base constitucional ao substitutivo. Leia a seguir os principais pontos da entrevista.

Como ocorreu o resgate do PL 580/07, proposto pelo ex-deputado Clodovil. Foi uma demanda da sua base eleitoral?

O presidente da CPASF, deputado Fernando Rodolfo (PL-PE), decidiu colocar todos os projetos que se encaixavam na prerrogativa da Comissão para votação, incluindo os antigos, e analisar projeto por projeto. Entre os projetos que vieram para mim estava o da união homoafetiva.

Mas o senhor recebeu esse projeto e mudou o sentido do que o Clodovil havia proposto, pois, em 2007, não havia garantias que assegurassem a união homoafetiva. Como ficam os casais homoafetivos com a aprovação desse PL?

A lei não retroage para prejudicar ninguém e nós não estamos tirando direito de ninguém.

No relatório, o senhor fez um histórico, muito criticado, por citar a homossexualidade como doença. Qual o propósito disso?

Estou dando uma resposta a questionamentos que foram feitos na comissão. Alguns parlamentares levantaram coisas concernentes a essa questão da perseguição dos homossexuais e decidi provar o que eles sofreram no contexto histórico. Em todas as reuniões, tentaram levar para o lado da perseguição e fiquei calado. Só que, no relatório, peguei tudo que falei e coloquei dentro de um contexto histórico. Meu parecer tem a ver com o artigo 226 da Constituição.

Em outra versão do relatório, o senhor sugeriu que aos casais homoafetivos fosse assegurado um contrato de “sociedade de vida em comum”. Mas tirou essa proposta. Por quê?

Essa parte tinha colocado para discussão. Como eu tinha algumas solicitações, tanto do pessoal da oposição quanto da situação, colocamos como uma forma de dar satisfação ao colegiado, e que deveria ser discutido. Pedi tempo

Bruno Spada/Agência Câmara



Não tem lei que assegure o casamento e eles estão sobrevivendo. Então, pronto! Na realidade, esse projeto não vai alterar nada para esse pessoal”

ao presidente da comissão para salvaguardar o que queríamos conversar. Pedi para suspender a sessão e me dar alguns minutos para conversar com os parlamentares, mas os deputados da esquerda foram embora, não quiseram discutir. Então, já que não quiseram, tirei essa parte e foi a votação só a parte da proibição.

De que forma os casais homoafetivos estarão assegurados?

Não tem lei que assegure o casamento e eles estão sobrevivendo. Então, pronto! Na realidade, esse projeto não vai alterar nada para esse pessoal. Não vou generalizar, mas os homossexuais que vieram (ao Congresso) gritar contra o projeto não eram pessoas estabilizadas, que estavam

tranquilas financeiramente, eram pessoas que estavam aqui por causa de uma gorjeta. Tenho amigos que são homossexuais, que vivem juntos, e estão pouco se lixando para isso. Não estão preocupados com casamento. Querem viver a vida e acabou.

Os parlamentares da base do governo têm apontado a inconstitucionalidade (do PL). Para o senhor, essas proibições não são inconstitucionais?

Eles apontam isso baseados na cláusula pétreia de que todos são iguais perante a lei, mas todos são iguais como seres humanos. Você concorda com pedófilo? Você concorda com o traficante? Eu aposto que não, mas todos são iguais perante a lei. Então não é por eu ser

defensor do ser humano que eu tenho que acordar com o pedófilo, que eu tenho que concordar com o assassino. A lei diz quais são os direitos e deveres, aquilo que cada um se sente prejudicado deve buscar o rigor da lei.

Esse projeto seria um contra-ataque ao STF por julgar temas que o Legislativo acredita serem de sua competência?

No caso do projeto da união homoafetiva, pelo motivo de o Congresso não ter legislado, o STF tomou a decisão. No entanto, outros projetos que já foram votados aqui, como o do aborto, das drogas, o STF quer julgar. Então não é só invasão de competência, eles cometem crime constitucional.

Aprovação do PL causa indignação

» ÁNDREA MALCHER

A reação ao substitutivo do projeto de lei que proíbe o casamento homoafetivo, aprovada em uma comissão da Câmara dos Deputados, foi intensa. Pelas redes, a campanha “Aceitar ou não aceitar o casamento gay deve ser uma escolha de quem foi pedido em casamento” uniu jornalistas, atores, cantores e outros profissionais contra o PL.

“Não bastam as muitas guerras por conta do ódio, vai se construir uma por causa do amor? O bom mesmo é amar e ser feliz”, publicou a cantora Ivete Sangalo no Instagram. “Essa tentativa não vai vingar! Nenhum direito a menos”, reagiu a cantora Gaby Amarantos.

Os jornalistas Sandra Annenberg e Ernesto Paglia, casados há 29 anos, se posicionaram, também pelas redes, em publicação conjunta. “Nunca precisei (sic) da permissão de ninguém para escolher quem amo”. Gil do Vigor, economista e ex-participante do reality show Big Brother Brasil, se uniu à crítica. “Formos associados a palavras como ‘doença’ e nossa estrutura familiar foi deslegitimada”, lamentou.

A cartunista Laerte publicou uma imagem, com os dizeres: “Se você é a favor da proibição do casamento homoafetivo, você não é bem-vindo/a neste perfil”. A mãe do humorista Paulo Gustavo, Déa Lúcia, disse que pretende vir a Brasília para protestar assim que a matéria for analisada pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara. “Com tanta coisa para eles (deputados) se preocuparem no país, estão preocupados com o amor”, disse.

João Dória, ex-governador de São Paulo, publicou que “a proibição do casamento homoafetivo é um retrocesso no Brasil. O estado está interferindo na individualidade do cidadão e no direito de escolha de cada um”. O deputado distrital Fábio Félix (PSol) também comentou: “Retrocesso absurdo de 10 anos, desde a regulamentação pelo CNJ”.